

Segurança Pública e MPMG assinam termo para obras de cozinha escola na Penitenciária Nelson Hungria

Seg 18 novembro

A [Secretaria de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp\)](#) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) assinaram, nesta segunda-feira (18/11), um Termo de Compromisso para a construção de uma cozinha escola no Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem. O projeto visa melhorar a qualidade da alimentação de detentos e servidores, além de fortalecer a função ressocializadora da pena, por meio da capacitação profissional de detentos.

O projeto prevê a adequação da cozinha da unidade para funcionar como uma cozinha escola, utilizando mão de obra carcerária tanto na construção quanto na produção de alimentos. Também serão oferecidos cursos de capacitação com duração de seis meses, totalizando 96 horas de aulas sobre segurança do trabalho, segurança alimentar, técnicas de cozinha quente e fria, cortes e preparo de molhos e saladas. Ao final, os participantes receberão certificados, ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho.

O secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Rogério Greco, destacou a relevância da iniciativa, enfatizando que a alimentação adequada nas unidades prisionais é essencial para resguardar os direitos dos detentos. "O projeto piloto de uma padaria já está funcionando em uma unidade feminina de Juiz de Fora, onde as internas recebem formação pelo Senac", pontuou o secretário.

Para o procurador-geral Jarbas Soares Júnior, a nova cozinha representa uma "solução inteligente, construída a partir do diálogo, com capacitação dos presos, revertida como função ressocializadora da pena".

A promotora Paloma Coutinho Carballido, coordenadora do Núcleo de Execução Penal do Caocrim, explicou que a produção interna de alimentos não apenas capacita os presos, mas também assegura direitos fundamentais, como saúde e dignidade.

Recursos

O projeto foi viabilizado com recursos provenientes de acordos firmados pela Promotoria de Justiça da Ordem Econômica e Tributária, com apoio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Ordem Econômica e Tributária. A ação faz parte de uma iniciativa pioneira que responsabiliza empresas envolvidas em crimes econômicos e lavagem de dinheiro, direcionando verbas para projetos com foco em governança e saúde.

Autoridades presentes

A cerimônia de assinatura contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o secretário de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco; o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares

Júnior; o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e superintendente do Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, José Luiz Moura Faleiros; e a coordenadora do Núcleo de Execução Penal do Cacrim, promotora Paloma Coutinho Carballido.